COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.933, DE 2015

Dispõe sobre o transporte de animal doméstico no serviço público de transporte coletivo de passageiros.

Autor: Deputado MARCELO BELINATI

Relator: Deputado MARCELO MATOS

I – RELATÓRIO

Chega para exame deste Órgão Técnico, o projeto de lei em epígrafe, que permite o transporte de animal doméstico, com até quinze quilos, no serviço público de transporte coletivo de passageiros, exceto para os horários de pico. O PL condiciona o transporte em foco à acomodação em caixa específica de transporte, fabricada com material resistente e com porta, cujo travamento impeça a saída do animal, além de não prejudicar a comodidade, o transporte e a segurança dos passageiros. A proposta atribui ao proprietário a responsabilidade pela integridade física do animal durante todo o trajeto.

A cláusula de vigência prevê sua aplicação a partir da data de publicação da medida.

O autor justifica a medida como apoio aos donos de animais nos deslocamentos para consultas com veterinários ou mesmo castrações.

Em rito ordinário de tramitação, a proposta será apreciada em caráter conclusivo por esta Comissão de Viação e Transportes e pela

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, cujo parecer será terminativo quanto à sua constitucionalidade ou juridicidade.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A presença de animais domésticos no Brasil vem crescendo ao longo dos anos. Sua criação exige do proprietário cobertura de vacinas, consultas periódicas com veterinário ou mesmo castração. Esses procedimentos demandam deslocamentos até postos de vacinação, clínicas ou consultórios especializados. Mas, afora os cuidados de rotina, podem ocorrer casos emergenciais, os quais impõem o pronto atendimento do animal.

Em tais circunstâncias, o animal fica prejudicado, caso precise de transporte público coletivo. De fato, no quesito transporte, o animal e seu dono esbarram na barreira intransponível da impossibilidade de acesso ao veículo coletivo, situação que penaliza sobretudo as pessoas situadas em classe de renda de menor poder aquisitivo.

Nas viagens de maior curso, o animal também não encontra guarida nos meios de transporte de custo mais acessível, ônibus e trens.

Em relação ao juízo sobre o peso limite de quinze quilos do animal e a suficiência da forma de acondicionamento, melhor seria que a proposta fosse submetida ao crivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a qual não foi distribuída.

Vislumbra-se também possíveis problemas de constitucionalidade, quanto à aplicabilidade da proposta, frente à competência executiva do transporte coletivo urbano e intermunicipal, que deverão ser esquadrihados no fórum adequado da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Para evitar transtornos, o PL excetua o transporte de animal doméstico no horário de pico e prioriza a comodidade e a segurança dos passageiros.

Pelo exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.933, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado MARCELO MATOS
Relator

2016-9183